TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Presidência
Ministro Nunes Marques
Vice-Presidência
Ministro André Mendonça

Encerramento da Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas Eleitorais

Data: 4 de setembro de 2026

Local: TSE – Brasília/DF

Bom dia a todos!

Suas Excelências Senhoras e Senhores, cumprimento o corregedor-geral eleitoral, ministro Antonio Carlos Ferreira; ministro Ricardo Villas Bôas Cueva; o vice-procurador-geral eleitoral, doutor Alexandre Espinosa; o presidente em exercício do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, doutor Délio Lins e Silva Júnior. Cumprimento o ministro substituto do TSE Nauê Bernardo Pinheiro de Azevedo; a defensora pública-geral federal, doutora Tarcijany Linhares; o diretor-geral da Polícia Federal, doutor Andrei Rodrigues; a conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público, Fabiana Costa. Cumprimento também o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, doutor Júlio Valente, na pessoa de quem cumprimento todas as servidoras e servidores da Justiça Eleitoral. Cumprimento os representantes das entidades fiscalizadoras, todos os profissionais da imprensa, senhoras e senhores.

Chegamos ao encerramento desta cerimônia, que ocupa lugar de especial relevância no calendário da Justiça Eleitoral brasileira. A partir de hoje, os sistemas que serão utilizados nas Eleições Gerais de 2026 estão oficialmente assinados e lacrados.

Este ato assegura que a tecnologia empregada para a manifestação da vontade popular permaneça transparente, segura e auditável durante todo o processo eleitoral.

A segurança do processo eleitoral não decorre de um único mecanismo, mas sim da combinação de diferentes camadas de proteção, de controles independentes, de procedimentos rigorosos e, sobretudo, da ampla possibilidade de fiscalização.

A Justiça Eleitoral mantém portas abertas para o acompanhamento de todas as etapas do voto eletrônico, em razão da plena confiança de que o escrutínio público e das instituições é pressuposto válido do próprio Sistema Eletrônico de Votação.

Tenho a convicção de que confiança se constrói com compromissos coletivos. Rememoro que, no mês seguinte a minha posse na Presidência deste Tribunal, convidei todos os dirigentes partidários brasileiros para celebrar um pacto em favor da eleição deste ano. Naquela ocasião, solicitei, especificamente, que todos os partidos ampliassem o acompanhamento e a fiscalização do nosso sistema de votação, justamente por acreditar

que a segurança e a credibilidade do pleito são responsabilidades comuns a todos os atores do processo eleitoral.

Hoje, a partir da aposição das assinaturas digitais, não é mais possível efetuar alterações nos sistemas, e passa-se a uma nova etapa, na qual os mecanismos de segurança asseguram a autenticidade e a integridade das versões ora lacradas.

Isso garante que não existe programa ou procedimento técnico que venha a ser adotado na eleição que não esteja sob total controle da Justiça Eleitoral, bem como de todos os demais órgãos de fiscalização e auditoria.

Neste ponto, quero registrar meu sincero agradecimento a todas as instituições e entidades que participaram desta jornada.

Agradeço aos partidos políticos e às federações, às entidades fiscalizadoras, às instituições acadêmicas e científicas, ao Ministério Público, aos órgãos de controle e a todos aqueles que dedicaram tempo e conhecimento à fiscalização do processo eleitoral. A participação de cada um fortalece a democracia.

Da mesma forma, quero dirigir uma palavra especial de gratidão às servidoras e aos servidores da Justiça Eleitoral. Além dos servidores desta Casa, temos milhares de profissionais, em todo o país, que trabalham de forma silenciosa e incansável para que milhões de brasileiras e brasileiros possam exercer seu direito de voto.

O funcionamento de cada urna, de cada sistema e de cada procedimento pressupõe o trabalho e o empenho de uma força humana notável, que conjuga conhecimento técnico, planejamento e responsabilidade. A vocês, o reconhecimento desta Presidência.

A poucos dias do início de uma nova eleição, é importante também recordar aquilo que verdadeiramente está em jogo. Está chegando o momento em que todas as instituições brasileiras se curvarão à soberania popular.

Vamos trabalhar diuturnamente para garantir que cada eleitora e cada eleitor possa, de voz própria, definir os rumos do país nos próximos quatro anos.

A presente cerimônia existe para consagrar esse compromisso.

No dia 4 de outubro deste ano, quando a urna for ligada, registraremos, de forma fidedigna e segura, as aspirações de um país inteiro.

Esse é o sentido maior do nosso trabalho.

A Justiça não escolhe vencedores, não interfere na escolha popular e não possui preferência por candidaturas.

Nossa paixão é a democracia.

Nossa missão é cumprir a Constituição.

E o nosso dever é garantir a vontade soberana do povo brasileiro. Muito obrigado a todos!